

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 13, 14 e 15).

1.3 - Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na reestruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017 a sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até abril de 2017 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débitos tributários.

Na mesma linha, também mantêm em andamento outros parcelamentos especiais, quais sejam: Parcelamentos Especiais das Leis 11.941/09 e 12.996/14, conforme nota explicativa 15.

No decorrer do exercício de 2019, em continuação ao trabalho de revisão iniciado nos anos anteriores, foi realizada a revisão dos débitos tributários federais da Companhia, cuja intenção é adequar a dívida tributária da Companhia frente às informações apresentadas pelos respectivos órgãos legais de cobrança (RFB - Receita Federal do Brasil e PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), desta forma, foram acurados os valores disponibilizados pelo sistema eletrônico da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e após esta análise foram atualizados os valores nas Demonstrações Financeiras, deste modo, os débitos de tributos federais apresentados refletem exatamente a dívida informada pelo respectivo órgão de cobrança, PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Abaixo um resumo dos ajustes apurados e registrados com base na análise efetuada sobre as informações extraídas do sistema eletrônico regularize (<https://www.regularize.pgfn.gov.br>), este vinculado à PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

	Saldo	Ajustes	Após ajustes	Dívida cfe	
	Contábil	Apurados	Contábil	RFB/PGFN	Divergência
INSS a recolher	212.670	36.187	248.857	248.857	-
PIS/COFINS a recolher	53.502	4.174	57.676	57.676	-
Outros	141.604	1.254	142.858	142.858	-
Total	407.776	41.615	449.391	449.391	-

Informações detalhadas sobre a dívida tributária federal da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 14 - Obrigações Tributárias.

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo, a manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 27 de março de 2020, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referente ao exercício de 31 de dezembro de 2019.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo

International Accounting Standards Board (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações contábeis individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);
- Propriedades para investimentos (nota 9.b)
- Imobilizado (nota 10)
- Intangível (nota 11)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de

desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.11.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou

unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM nº 564/08.

3.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.19 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e

segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.22 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

3.23 Mudança nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas:

- CPC/NBC TG 06 / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

Arrendamento Mercantil

A partir de 01 de janeiro de 2019, entrou em vigência a NBC TG 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovada pela CVM 787/2017, o qual trouxe mudanças significativas nos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, todavia, tais alterações não produziram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, visto que não existem contratos com características passíveis das alterações trazidas na referida NBC TG 06.

3.24 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. As mesmas serão aplicáveis para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 13/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros (alterações ao CPC 50).

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Caixa	-	-	8	5
Bancos - Conta Corrente	-	-	275	239
Total	-	-	283	244

5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Mercado interno	-	-	31.857	21.572
Mercado externo	-	-	23.626	4.189
(-) Provisão para perda	-	-	(1.254)	(823)
Subtotal	-	-	54.229	24.938
(-) Adiantamentos de clientes	-	-	(1.220)	(385)
Saldo líquido de contas a receber	-	-	53.009	24.553

Vencidos	31/12/19		31/12/18	
Até 30 dias	2.603	5%	4.250	17%
De 31 a 60 dias	6	0%	434	2%
De 61 a 90 dias	44	0%	2	0%
De 91 a 120 dias	1	0%	33	0%
De 121 a 150 dias	54	0%	49	0%
De 151 a 180 dias	-	0%	94	0%
Acima de 180 dias	1.254	2%	823	3%
Sub-total	3.962	7%	5.685	23%
À vencer				
Até 30 dias (a)	39.019	72%	15.119	61%
De 31 a 60 dias	12.502	23%	4.957	20%
Sub-total	51.521	95%	20.076	81%
Provisão para Perda	(1.254)	-2%	(823)	-3%
Total	54.229	100%	24.938	100%

(a) Parte do montante demonstrado no quadro acima como “títulos à vencer até 30 dias” refere-se à valores de câmbios já recebidos, porém não liquidados, essa quantia representa o montante de R\$ 21.096.

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Produtos prontos	-	-	825	1.210
Produtos em elaboração	-	-	81	69
Matérias primas	-	-	1.738	1.123
Materiais de embalagem	-	-	1.504	1.443
Materiais de manutenção	-	-	2.959	2.319
Total	-	-	7.107	6.164

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
IRRF a recuperar	-	-	3	2
IRPJ a recuperar	-	-	1	2
CSLL a recuperar	2	2	2	2
PIS e COFINS a recuperar	-	-	34	4
ICMS a recuperar	-	-	5	618
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	60	96
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	202	202
Ativo Circulante	2	2	307	926
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	-	-	34.369	34.369
Provisão para Perda	-	-	(34.369)	(34.369)
ICMS a Recuperar - Imobilizado	-	-	56	68
Ativo Não Circulante	-	-	56	68

a) Crédito prêmio IPI

O montante de R\$ 34.369 mil refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4. Este processo foi analisado em 31 de dezembro de 2019 pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como “possível”.

Tendo como base a avaliação apresentada no relatório dos assessores jurídicos da Companhia do processo em epígrafe, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 - “NBC TG 25”, aprovada

pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, embora entenda que existe grande chance deste valor ser convertido no futuro.

Nos parágrafos a seguir se relata uma breve explanação sobre o histórico do processo vinculado ao crédito prêmio IPI:

No ano de 2009, com a decisão do supremo tribunal federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do decreto lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 34.369 mil no ativo não circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Companhia, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de recurso voluntário ao conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, conseqüentemente, não reconheceu o direito ao crédito à controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na ação ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma ação anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo ministério do desenvolvimento indústria e comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª vara federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

8 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Agostinho Carrer Part. Ltda	8.880	10.637	8.880	10.637 (i)
Outros	-	-	3.314	2.842
Total	8.880	10.637	12.194	13.479

(i) Em 04 de Outubro de 2019, Agostinho Carrer Participações S.A e Minupar Participações S.A. encerraram a discussão judicial, a qual envolvia o processo de execução de título extrajudicial e ação de cobrança, deste modo, a variação ocorrida nesta rubrica refere-se à negociação estabelecida entre as partes no acordo judicial.

9 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/12/2019 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	99,99%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/18	(260.475)	(94.463)	(354.938)
+/- Equivalência Patrimonial	(24.011)	(8.725)	(32.736)
Provisão para perda de investimento em 31/12/19	(284.486)	(103.188)	(387.674)

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	31/12/19			31/12/18		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	26.553	(7.109)	19.444	26.554	(7.110)	19.444
Máquinas e equipamentos	12.324	(7.043)	5.281	13.558	(7.439)	6.119
Outros	471	(331)	140	541	(364)	177
(-) Impairment	(6.119)	-	(6.119)	(2.320)	-	(2.320)
Total	40.971	(14.483)	26.488	46.075	(14.913)	31.162

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2019 são contabilizados a valor de custo, sendo que ao final do exercício a Administração avaliou a perda sobre ativo sem operação em conjunto com a avaliação de valor justo realizado anualmente, com isso a Companhia optou por realizar um complemento para perda no montante de R\$ 3.799.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em
	31/12/18					31/12/19
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	19.444	-	-	-	-	19.444
Máquinas e equipamentos	6.119	-	-	-	(838)	5.281
Outros	177	-	-	-	(37)	140
(-) Impairment	(2.320)	(3.799)	-	-	-	(6.119)
Total	31.162	(3.799)	-	-	(875)	26.488

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/12/19			31/12/18		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	71.663	(22.566)	49.097	70.303	(20.582)	49.721
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	59.394	(35.793)	23.601	51.943	(32.049)	19.894
Moveis e utensílios	8,33%	4.394	(3.365)	1.029	4.107	(2.930)	1.177
Computadores e periféricos	33,33%	1.318	(922)	396	1.135	(788)	347
Veículos	20,00%	646	(635)	11	646	(622)	24
Imobilizações em andamento	-	1.688	-	1.688	3.484	-	3.484
Outros	-	14	(14)	-	14	(14)	-
Total		154.710	(63.295)	91.415	147.225	(56.985)	90.240

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em			Deprec.	Transf.	Saldo em	
	31/12/18	Adições	Baixas			31/12/19	
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593	
Prédios	49.721	5	-	(1.966)	1.337	49.097	
Maquinas e equipamentos	19.894	2.942	(214)	(3.394)	4.373	23.601	
Moveis e utensílios	1.177	228	(3)	(412)	39	1.029	
Computadores e periféricos	347	197	(1)	(150)	3	396	
Veículos	24	-	-	(13)	-	11	
Imobilizações em andamento	3.484	3.081	-	-	(4.877)	1.688	
Total	90.240	6.453	(218)	(5.935)	875	91.415	

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

11 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	31/12/19			31/12/18		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	523	(358)	165	431	(292)	139
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
Total		671	(358)	313	579	(292)	287

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em			Saldo em		
	31/12/18	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	31/12/19
Softwares	139	92	-	(66)	-	165
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148
Total	287	92	-	(66)	-	313

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

12 - Empréstimos e financiamentos

Instituição	Encargos	Vcto	Curto Prazo		Longo Prazo	
			31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	189	-	236
Banrisul - Consórcio	-	-	90	40	387	232
Total			90	229	387	468

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

13 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Provisões de férias e 13º salário	-	-	6.855	6.713
Salários / Pró-labore a pagar	150	150	2.668	2.415
Rescisões a pagar	-	-	36	9
Outras obrigações a pagar	-	-	3.504	3.092
Total	150	150	13.063	12.229

14 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
INSS a recolher	4	4	248.857	203.508
FGTS a recolher	-	-	3.467	1.913
IRRF a recolher	1	1	224	507
IRPJ a recolher	-	-	97.695	94.776
CSLL a recolher	-	-	35.113	34.316
COFINS a recolher	-	-	47.663	43.340
PIS a recolher	-	-	10.013	9.176
Impostos Retidos	-	-	21	421
ICMS a recolher	-	-	1.833	1.757
Outros	-	-	4.505	1.263
Total	5	5	449.391	390.977

Conforme informado na nota explicativa nº 1.3 - Continuidade Operacional, a Companhia realizou em 2019 a equalização da dívida tributária, utilizando como base os débitos informados pelo respectivo agente de cobrança (PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), deste modo, o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2019 contempla os valores apurados neste trabalho de revisão, no quadro a seguir demonstramos um histórico do comportamento da dívida durante o ano de 2019:

	Saldo em 31/12/2018	Impostos no período	Atualização da Dívida	Amortização no período	Ajuste débitos junto a PGFN	Reclassificação	Saldo em 31/12/2019
RFB	42.379	38.311	1.488	(39.734)	(2.040)	(31.493)	8.911
PGFN	348.598	1.712	15.022	-	43.655	31.493	440.480
Total	390.977	40.023	16.510	(39.734)	41.615	-	449.391

Abaixo um detalhamento segregado da dívida tributária.

	31/12/19			31/12/18		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.215	247.642	248.857	31.540	171.968	203.508
FGTS a recolher	645	2.822	3.467	578	1.335	1.913
IRRF a recolher	224	-	224	507	-	507
IRPJ a recolher	4.697	92.998	97.695	4.311	90.465	94.776
CSLL a recolher	1.706	33.407	35.113	1.563	32.753	34.316
COFINS a recolher	-	47.663	47.663	2.521	40.819	43.340
PIS a recolher	-	10.013	10.013	547	8.629	9.176
Impostos Retidos	20	1	21	-	421	421
ICMS a recolher	221	1.612	1.833	170	1.587	1.757
Outros	183	4.322	4.505	642	621	1.263
	8.911	440.480	449.391	42.379	348.598	390.977

O aumento da dívida tributária ocorrido em 2019, de 14,94%, foi muito influenciado pelos débitos apurados, identificados e registrados pela Companhia quando do mapeamento e conciliação dos valores informados nos extratos

disponibilizados pelo E-CAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte), bem como pelos extratos gerados no sistema regularize (<https://www.regularize.pgfn.gov.br/>), este vinculado a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, desta análise foram identificados débitos, principalmente de natureza Previdenciária em âmbito de cobrança avançada pela PGFN, dos quais tiveram seus devidos encargos legais reconhecidos, também foram atualizados todos os montantes de juros e multas informados nos extratos extraídos dos sistemas supracitados.

15 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
PERT (a)	-	-	1.161	1.103
Lei 12.996/14 (b)	26	24	2.011	1.829
Lei 11.941/09	8	8	8	8
FGTS	-	-	667	642
ICMS	-	-	207	203
IOF	-	-	15	80
Ordinário	-	-	2.627	2.313
Circulante	34	32	6.696	6.178
PERT (a)	-	-	10.379	10.957
Lei 12.996/14 (b)	228	243	17.934	18.291
Lei 11.941/09	32	40	32	40
FGTS	-	-	6.148	6.561
ICMS	-	-	553	717
IOF	-	-	-	20
Ordinário	-	-	6.176	7.633
Não Circulante	260	283	41.222	44.219

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2018	(12.397)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2018	972
Saldo remanescente em 31/12/2018	12.060
(+) Atualização Selic de Jan-19 até Dez-19	610
(-) Pagamentos efetuados de Jan-19 até Dez-19	(1.130)
Saldo remanescente em 31/12/2019	11.540
Circulante	1.161
Não circulante	10.379

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total		46.741	(9.349)	37.392	25.218		

Há de se notar que não foi concedida anistia de multa, juros e encargos legais para as modalidades perante a Receita Federal do Brasil.

Após a adesão ao PERT, a Companhia recebeu e respondeu às intimações e aos avisos, os quais informavam a existência de possíveis causas de sua exclusão do parcelamento das modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por suposto descumprimento do artigo 1º, Parágrafo 4º, incisos III e V, da Lei 13.496/17, consoante disposto no artigo 17, incisos VII e VIII da Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017:

Diante disso, a Companhia tem adotado medidas para a sua manutenção no PERT, especificamente:

(i) Quanto aos débitos em aberto decorrentes da incidência sobre a redução das multas e do juros moratórios em virtude da adesão ao PERT de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Companhia informa que busca liquidar tais valores por meio de Declaração de Compensação utilizando-se de crédito presumido de IPI já homologado pela Receita Federal do Brasil, do pedido realizado pela Companhia já foram homologadas as compensações dos débitos de PIS e COFINS, já o pedido de compensação para os demais tributos (IRPJ e CSLL) está em processo de análise pela Receita Federal.

(ii) Quanto aos débitos previdenciários em aberto, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário instituído pela Lei 10.522/2002, tratado no processo administrativo nº 13052.720.217/2018-11. O parcelamento está sob análise da fiscalização federal em razão da pendência de formalização de garantia nomeada nos autos das Execuções Fiscais nº 5000467-10.2018.4.04.7114 e 5003024-67.2018.4.04.7114, consoante determinando pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) Quanto aos débitos de Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Companhia busca a emissão de Certificado de Regularidade do FGTS - CRF perante a Caixa Econômica Federal, tendo em vista que há regular penhora de bens relacionada à Execução Fiscal nº 5005346-94.2017.4.04.7114, cuja cobrança é combatida por meio dos Embargos à Execução Fiscal nº 5000691-11.2019.4.04.7114.

(b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais

determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/12/19	(7.955)
Saldo remanescente em 31/12/2019	19.945
Circulante	2.011
Não circulante	17.934

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido incluídos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

16- Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	120	120
Total - Curto Prazo	-	-	454	454
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	11.538	11.843
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	4.154	4.263
Total - Long Prazo	-	-	15.692	16.106

17 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, tanto de suas controladas diretas como de sua controlada indireta foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 03 de maio de 2019 da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 250 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- c) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- d) Minuano - em até R\$ 1.200 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração percebida no ano de 2019:

	31/12/19		31/12/18	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de administração	94	94	94	94
Diretoria executiva	72	840	74	720

Os valores pagos durante o ano de 2019 a título de remuneração do conselho de administração e da diretoria executiva não ultrapassou os limites propostos na assembleia geral ordinária realizada em 03 de maio de 2019.

b) Operações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Ativo não circulante				
Valepar S/A	517	514	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Total	5.777	5.774	-	-
Passivo não circulante				
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	19.615	23.779
Companhia Minuano	6.342	11.181	-	-
Acionistas e outros	12.182	9.194	12.182	9.193
Total	18.524	20.375	31.797	32.972

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

18 - Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2019 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Natureza	31/12/19			31/12/18		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	10.751	(4.830)	5.921	10.521	(3.543)	6.978
Cível	10.020	(1.497)	8.523	19.931	(9.476)	10.455
Tributária	155	-	155	-	-	-
Total	20.926	(6.327)	14.599	30.452	(13.019)	17.433

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2019, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 68.440, destes, R\$ 55.583 são relativos a natureza cível e R\$ 12.857 são relativos a natureza trabalhista.

O principal processo que compõem o saldo de R\$ 68.440, refere-se a ação no montante de R\$ 43.346, cujo o tema foi motivo de divulgação de fato relevante em 05 de março de 2020, onde a Companhia divulgou que obteve decisão desfavorável em primeira instância no processo de natureza cível, nº 017/1.13.0002978-6, o qual se discute o pagamento dos honorários contratuais de sucesso quando da validação do crédito prêmio de IPI sobre exportações, o não pagamento destes honorários se deu pelas razões dos questionamentos e glosas feitos pela Receita Federal quando a Companhia utilizou os referidos créditos. O atual saldo a utilizar deste crédito foi provisionado em sua totalidade, conforme divulgado na nota explicativa nº 7, item (a), e a totalidade da dívida tributária glosada foi recomposta pela Administração e reconciliada junto à Receita Federal, cujo procedimento de identificação e reconciliação dos débitos foi finalizado em 2019, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

O processo supramencionado é relacionado no relatório de contingenciamento da Companhia, e de acordo com a análise individualizada pelos nossos assessores jurídicos está classificado com o prognóstico de risco de perda “possível”, visto que todos os recursos legais não se esgotaram na esfera judicial, sendo factível a reversão da decisão em segunda instância, deste modo não há condições neste momento para determinar uma futura saída de recursos.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 7, 14 e 15.

b) Contingências Ativas

Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judiciais: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014; e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014. Até o momento, em ambos os casos, a Companhia apresenta decisão judicial favorável pendente de trânsito em julgado.

19 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A Companhia possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os valores destes incentivos contidos no resultado de 2019 totalizaram R\$ 90.

e) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

f) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

20 - Cobertura de seguros

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, a vigência do seguro corresponde ao período de abril de 2019 até abril de 2020, conforme demonstrado abaixo no quadro de valores em risco declarados:

Local de risco	Prédio	Máquinas	Mercadorias	Vigência
Sede Administrativa	3.500	1.540	-	16/04/2019 a 16/04/2020
Abatedouros	27.000	36.500	8.460	16/04/2019 a 16/04/2020
Fábrica de embutidos	4.800	6.500	3.600	16/04/2019 a 16/04/2020
Fábrica de rações	7.000	4.500	10.000	16/04/2019 a 16/04/2020
Incubatório	5.000	4.000	7.020	16/04/2019 a 16/04/2020
Central de ovos	1.000	500	-	16/04/2019 a 16/04/2020
Granja Recria - Frangos	4.679	95	2.196	24/06/2019 a 24/06/2020
Granja Matrizes	6.400	130	6.217	30/08/2019 a 24/06/2020
Total	59.379	53.765	37.493	

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

21 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

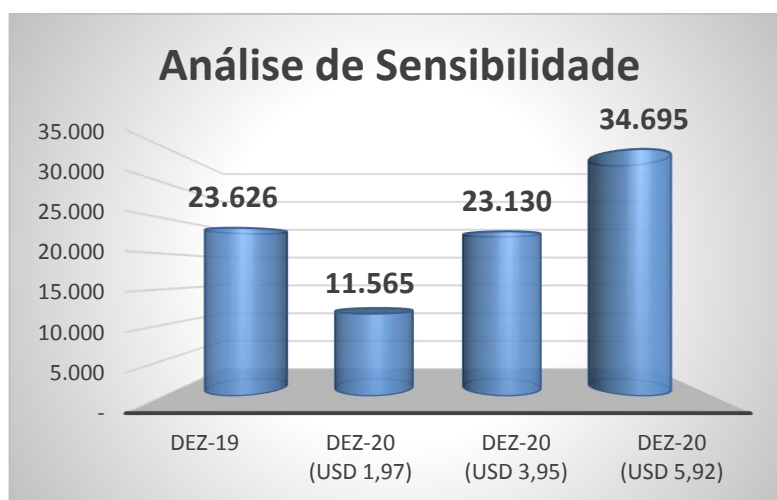
A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 22% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre os valores de contas a receber vinculados ao Dólar:



O critério adotado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração o comportamento da taxa de câmbio praticada durante o ano de 2019, assim como as projeções realizadas sobre um aumento de 50 %, bem como uma simulação de redução de 50% desta taxa cambial.

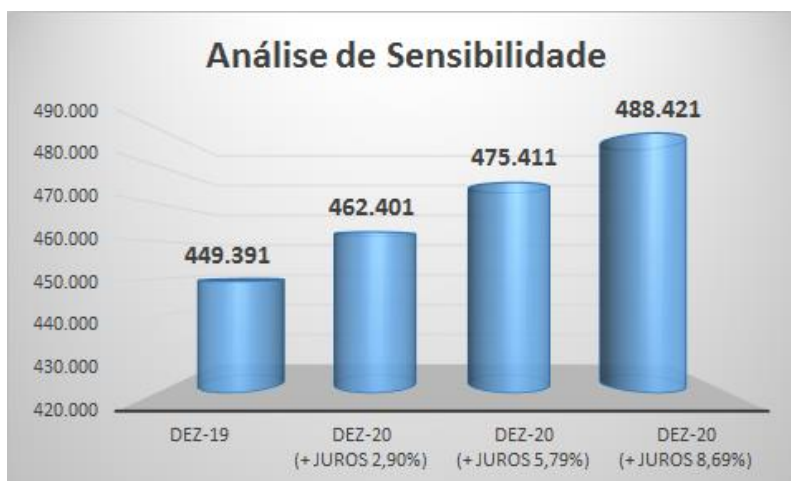
d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

Conforme mencionado na nota explicativa 3.22.2 - Principais alterações trazidas na NBC TG 48, a Companhia informa que procedeu com análise das referidas orientações, e informa que, embora tenham ocorridas alterações significativas relativas a avaliação e classificação de ativos e passivos financeiros, não foi identificado qualquer mudança de critério já adotado pela Companhia que pudesse causar impacto nas Demonstrações Contábeis e referidas notas explicativas.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias:

Obrigações Tributárias	31/12/19	2,90%	5,79%	8,69%
		50% <	Média	50% >
		31/12/20	31/12/20	31/12/20
INSS a recolher	248.857	256.061	263.266	270.470
FGTS a recolher	3.467	3.567	3.668	3.768
IRRF a recolher	224	230	237	243
IRPJ a recolher	97.695	100.523	103.352	106.180
CSLL a recolher	35.113	36.130	37.146	38.163
COFINS a recolher	47.663	49.043	50.423	51.803
PIS a recolher	10.013	10.303	10.593	10.883
Impostos Retidos	21	22	22	23
ICMS a recolher	1.833	1.886	1.939	1.992
Outros	4.505	4.635	4.766	4.896
Total	449.391	462.401	475.411	488.421

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa Selic aplicada durante o ano de 2019, assim como as projeções realizadas nesta mesma taxa considerando um aumento de 50 %, bem como uma simulação de redução de 50% desta taxa.



22 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	31/12/19			31/12/18		
	Mercado	Mercado	Total	Mercado	Mercado	Total
	Interno	Externo		Interno	Externo	
Receita bruta de produtos e serviços	194.736	55.165	249.901	164.640	46.629	211.269
(-) Impostos	(13.950)	-	(13.950)	(10.848)	-	(10.848)
(-) Devoluções	(359)	(8)	(367)	(378)	(481)	(859)
Receita líquida de produtos e serviços	180.427	55.157	235.584	153.414	46.148	199.562

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

23 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Salários	-	-	61.029	53.260
Matérias primas	-	-	29.403	26.368
Encargos sociais	-	-	14.583	13.626
Energia elétrica	-	-	13.916	12.302
Manutenção Industrial	-	-	9.116	8.560
Benefícios a empregados	-	-	10.322	9.698
Depreciações	-	-	5.684	5.600
Férias e 13º salário	-	-	6.133	4.701
Serviço de terceiros	-	-	6.407	5.329
Materiais de embalagem	-	-	4.304	4.531
Combustíveis e lubrificantes	-	-	1.673	1.784
Locações/Aluguéis	-	-	1.445	1.358
Indenizações trabalhistas	-	-	133	2.165
Equipamento de proteção	-	-	1.374	1.210
Taxas e encargos legais	-	-	249	488
Análises laboratoriais	-	-	952	1.097
Frete rodoviários e marítimos	-	-	648	590
Outros gastos	-	-	1.375	2.150
Total	-	-	168.746	154.817

24 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários	172	172	3.354	2.934
Serviço de terceiros	137	126	2.299	1.986
Encargos sociais	34	34	611	521
Benefícios a empregados	-	-	780	560
Depreciações	-	-	311	304
Férias e 13º salário	-	-	346	222
Indenizações trabalhistas	-	-	1	9
Manutenção predial	-	-	125	69
Viagens e estadias	29	9	76	72
Taxas e encargos legais	34	45	180	114
Telefonia	-	-	82	71
Publicidade e propaganda	62	59	67	59
Energia elétrica	-	-	86	68
Outros gastos	22	13	590	294
Total	490	458	8.908	7.283

25 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	5.993	5.736
Custos aduaneiros	-	-	1.477	1.680
Salários	-	-	544	507
Serviço de terceiros	-	-	355	350
Publicidade e propaganda	-	-	384	323
Comissões sobre vendas	-	-	422	290
Provisões para perda	-	-	430	118
Encargos sociais	-	-	110	154
Telefonia	-	-	76	79
Análises laboratoriais	-	-	18	4
Férias e 13º salário	-	-	62	44
Benefícios a empregados	-	-	50	38
Combustíveis e lubrificantes	-	-	16	15
Viagens e estadias	-	-	71	29
Depreciações	-	-	6	6
Outros gastos	-	-	141	5
Total	-	-	10.155	9.378

26 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Recomposição de débitos fiscais (a)	-	-	8.671	9.718
Despesas gerais	-	1	1.014	920
Custo na alienação de ativos	-	-	110	17
Provisão para contingências	382	-	7.874	7.211
Reversão de créditos tributários	-	-	64	41
Provisão para perda (b)	-	2.115	5.951	2.115
Total	382	2.116	23.684	20.022

a) Conforme informado na nota explicativa nº 14, a administração da Companhia, através de sua assessoria jurídica, procedeu na revisão das bases de seus passivos tributários, e desta análise identificou-se a necessidade de atualização de alguns débitos tributários, os quais encontram-se em instância de cobrança judicial junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a classificação destes passivos com relação ao risco de perda foi atualizada como de “provável perda”, e o montante apurado foi de R\$ 8.671 (R\$ 9.718 em 2018).

b) A Companhia realizou a análise do valor recuperável de seus ativos, e identificou a necessidade da realização de ajuste para perda de valores classificados como propriedade para investimentos, assim como de valores registrados na controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos junto a empresa Frigorífico Nova Araçá.

27 - Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos tributários	-	-	504	671
Receitas gerais	4.745	12	8.616	487 (a)
Receita na alienação de ativos	-	-	73	429
Total	4.745	12	9.193	1.587

(a) Parte do saldo apresentado na rubrica “Receitas gerais” refere-se ao reconhecimento do pedido de ressarcimento do crédito presumido de IPI, homologado parcialmente pela Receita Federal do Brasil, este crédito foi utilizado para quitação de débitos tributários federais, no valor de R\$ 2.377, assim como o ganho parcial já reconhecido pelos valores recebidos junto ao processo judicial vinculado a empresa Agostinho Carrer Ltda, conforme divulgado através da nota explicativa nº 8 - Outros Ativos.

28 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Juros de atualização de dívidas tributárias (a)	11	14	18.232	28.433
Juros de operações com partes relacionadas (b)	2.988	2.255	7.465	8.373
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	125	86
Despesas decorrentes de títulos descontados	-	-	244	425
Descontos financeiros concedidos	-	-	449	253
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	125	87
Juros sobre compra a prazo	-	-	105	121
Variações cambiais passivas	-	-	-	144
Encargos legais (c)	-	-	38.403	39.170
Ajuste a valor presente	1.132	-	1.132	-
Outras despesas financeiras	4	1	3	2
Total	4.135	2.270	66.283	77.094

- (a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.
- (b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 17.
- (c) Conforme informado na nota explicativa 14, a Administração da Companhia, através de sua assessoria jurídica, procedeu na revisão das bases de seus passivos tributários, e desta análise identificou-se a necessidade do

reconhecimento de encargos legais de alguns débitos tributários, os quais encontravam-se em instância de cobrança judicial junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a classificação destes passivos em relação ao risco de perda foi atualizada como de “provável perda”, e o montante apurado foi de R\$ 38.403.

29 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Variações cambiais ativas	-	-	260	244
Descontos financeiros obtidos	-	-	31	75
Outras receitas financeiras	-	-	432	99
Total	-	-	723	418

30 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta	104.904	85.795	144.997	125.474	-	-
Impostos e devoluções	(12.716)	(10.298)	(1.601)	(1.409)	-	-
Receita líquida	92.188	75.497	143.396	124.065	-	-
Custos	(53.696)	(49.264)	(115.050)	(105.553)	-	-
Lucro bruto	38.492	26.233	28.346	18.512	-	-
Despesas administrativas	-	-	-	-	(8.908)	-
Despesas com vendas	(10.155)	(9.378)	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(17.733)	-
Provisão para perda (a)	-	-	-	-	(5.951)	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	9.193	-
Resultado antes dos efeitos financeiros	28.337	16.855	28.346	18.512	(23.399)	-
Despesas financeiras	-	-	-	-	(66.283)	-
Receitas financeiras	-	-	-	-	723	-
Resultado antes dos tributos	28.337	16.855	28.346	18.512	(88.959)	-
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(754)	-
CSLL e IRPJ diferidos	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	28.337	16.855	28.346	18.512	(89.713)	-

Atribuído a acionistas não controlados

Atribuído a acionistas controlados

(a) Os valores apresentados como “provisão para perda”, referem-se à:

Ajuste para perda de valores classificados como propriedade para investimentos, assim como de valores registrados na controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos junto a empresa Frigorífico Nova Araçá.

31 - Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/12/2019	31/12/2018
Quantidade de ações	7.100	7.100
Prejuízo líquido do exercício (consolidado)	(33.030)	(67.027)
Resultado diluído por ação	(4,65205)	(9,44029)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

32 - Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 03 de maio de 2019, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano, composto por: Chao En Ming, Antonio Carlos Rago Cano, Cynthia Christina da Silva Vello e Welinton Balderrama dos Reis, no mesmo dia também foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano, composta por: Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora presidente, Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora, e Sr. Samuel Heydt como diretor de relações com investidores.

Com relação as controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., em assembleia geral ordinária realizada no dia 03 de maio de 2019, foram eleitos: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora, e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano, e quanto a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foram nomeados: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano.

Em ata de reunião extraordinária do conselho da administração datada de 22 de janeiro de 2020, foi deliberado sobre a renúncia apresentada pela Diretora Presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich, neste mesmo ato se aprovou a nomeação da Sra. Margareth Schacht Herrmann para ocupar o cargo de Diretora Presidente.

33 - Eventos subsequentes

Diante do cenário global amplamente noticiado acerca da pandemia do vírus COVID-19, a Companhia informa que ainda não foi possível mensurar o impacto que isso poderá trazer em suas atividades operacionais, deste modo não há nenhuma alteração nas Demonstrações Financeiras encerradas para o exercício de 31 de dezembro de 2019 acerca do COVID-19, a Companhia informa ainda que tem tomado ações preventivas de saúde e instruído seus colaboradores sobre orientações de higienização e limpeza.

Conselho de Administração

Antonio Carlos Rago Cano
Presidente

Welinton Balderrama dos Reis
Vice-Presidente

Chao En Ming
Conselheiro

Cynthia Christina da Silva Vello
Conselheira

Diretoria Executiva

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Samuel Heydt
Diretor de Relações com Investidores

Contador

Fernando Ataíde Silva Jorge
Contador - CRC/RS 076618/O-0